



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 171/93 - MAIORIDADE PENAL			
EVENTO: Instalação	REUNIÃO Nº: 0262/15	DATA: 08/04/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 15h03min	TÉRMINO: 16h59min	PÁGINAS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO

Instalação da Comissão. Eleição e posse do Presidente e dos Vice-Presidentes.

OBSERVAÇÕES

Grafia não confirmada: UNEJ.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Odelmo Leão) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada pelo Presidente da Casa, nos termos regimentais, para instalação da Comissão Especial e para eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

Esclareço que me coube assumir a Presidência dos Trabalhos nos termos do art. 39, § 4º do Regimento Interno.

Para conhecimento dos senhores, passo a ler o Ato da Presidência que constitui esta Comissão Especial:

“Ato da Presidência

Nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno, esta Presidência decide constituir a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, que ‘altera a redação do art. 228 da Constituição Federal’ (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos), e apensados.

Resolve:

I - Designar para compô-la, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa;

II - Convocar os membros ora designados para reunião de instalação e eleição a realizar-se no dia 8 de abril, esta quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário 1, transferida para o Plenário 3, do Anexo II.

Brasília, 7 de abril de 2015.

Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados.”

Declaro instalada a Comissão Especial.

Antes de iniciarmos o processo de eleição da Mesa, comunico que foram recebidos pela Secretaria da Comissão os ofícios de lideranças partidárias que promovem alterações na composição deste colegiado e que se encontram à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para consulta na mesa de apoio.



Processo Eleitoral. Esclareço aos Srs. Parlamentares as regras que nortearão os trabalhos. A eleição dos membros da Mesa desta Comissão far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão, conforme determina o art. 7º do Regimento Interno aplicado a presente situação: será eleito em primeiro escrutínio o candidato que obter a maioria absoluta dos votos dentro do total de votantes; e num eventual segundo escrutínio, será eleito o Deputado que obtiver a maioria simples de votos, dentre o total de votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão.

Peço aos Srs. Deputados que permaneçam no recinto até que se conclua a votação.

Esta Presidência informa que recebeu e considera registradas as seguintes candidaturas, que serão submetidas a votos dos membros desta Comissão: para Presidente, Deputado André Moura; para 1º Vice-Presidente, Deputado Efraim Filho; para 2º Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão e Deputado Delegado Éder Mauro; e para 3º Vice-Presidente, Deputado Bruno Covas.

Informo que a partir deste momento novas alterações na composição da Comissão somente serão consideradas após o término da votação.

Peço aos Parlamentares que aguardem a liberação da urna eletrônica.

Um esclarecimento: para a 2º Vice-Presidência haverá a disputa de dois candidatos, da Sra. Deputada e do Sr. Deputado. Para os outros cargos serão disputas únicas.

Estamos aguardando somente a exportação dos dados para a urna para iniciar a votação. *(Pausa.)*

Informo ainda às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que os votos em branco serão computados apenas para efeito de quórum, nos termos do § 2º do art. 183 do Regimento Interno. *(Pausa.)*

Informo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que está aberto o processo de votação.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odelmo Leão) - Consulto se algum Parlamentar ainda deseja votar. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, está encerrada a votação.



Vou proclamar o resultado. *(Pausa.)*

Para Presidente, Deputado André Moura, com 26 votos; para 1º Vice-Presidente, Deputado Efraim Filho, com 25 votos; para 2º Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão, com 14 votos; para 3º Vice-Presidente, Deputado Bruno Covas, com 25 votos. O Deputado Delegado Éder Mauro obteve 13 votos para a 2ª Vice-Presidência.

Declaro empossados os eleitos.

Convido o Deputado André Moura, eleito Presidente, para assumir a Presidência da Comissão. *(Palmas.)*

Se me permite, de novo vou confirmar os eleitos: Presidente, Deputado André Moura; 1º Vice-Presidente, Deputado Efraim Filho; 2º Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão, e 3º Vice-Presidente, Deputado Bruno Covas.

Declaro-os eleitos e empossados. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Convido para compor a Mesa o Deputado Efraim Filho, eleito 1º Vice-Presidente desta Comissão Especial. *(Palmas.)* Da mesma forma, convido a Deputada Margarida Salomão, eleita 2º Vice-Presidente, e o 3º Vice-Presidente eleito, Deputado Bruno Covas. *(Palmas.)*

Na qualidade de Presidente empossado desta Comissão Especial, que irá proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 171, de 1993, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, em relação à imputabilidade penal do maior de 16 anos, e apensadas, à redução da maioria penal, quero inicialmente agradecer a confiança que me foi depositada pelos pares que compõem esta Comissão, as Sras. e os Srs. Deputados.

Sabemos que o tema que iremos aqui deliberar, a redução da maioria penal, é polêmico, mas, na qualidade de Presidente desta Comissão, nós iremos agir como verdadeiro magistrado, dando oportunidade, acima de tudo, ao amplo debate. Independente da posição pessoal, o debate deve ocorrer da forma mais ampla possível, ouvindo todos os lados, aqueles que são contrários e aqueles que são favoráveis.

Quero propor a realização, na próxima semana, de uma reunião interna desta Comissão, para poder definir os procedimentos que iremos adotar na condução dos trabalhos desta Comissão, para que possamos definir as condutas, a maneira que



iremos presidir esta Comissão, logicamente, em comum acordo com todos que fazem parte desta importante Comissão. Eu tenho certeza de que a nossa Comissão irá produzir um relatório, que será votado da melhor maneira possível, para que depois possamos encaminhá-lo ao Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Quando pudermos fazer as inscrições: Deputado Vitor Valim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu já vou abrir as inscrições. Eu solicito à Secretária da Comissão que abra já as inscrições para os Parlamentares que queiram fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Deputado João Campos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu vou pedir aos Srs. Deputados que levantem a mão, por favor.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Deputado Silas Freire, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Não precisa citar nomes, pois a Secretária tem os nomes. Levantem a mão, por favor. Ela irá passar a lista.

Enquanto isso, eu vou passar a palavra ao 1º Vice-Presidente eleito, Deputado Efraim Filho, para que faça os seus agradecimentos e possa registrar sua posição.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Obrigado, Presidente André Moura. Saudações aos Deputados e às Deputadas! Quero agradecer àqueles que confiaram em nosso nome para auxiliar na condução dos trabalhos. O sentimento que não só eu trago, mas também todos os Parlamentares que estão aqui presentes é o de que a condução é feita com muita serenidade, com muita maturidade. É preciso, mais do que nunca, criar uma sintonia fina com a sociedade brasileira, saber ouvi-la, para tratar desse tema.

Tenho certeza de que o Presidente André Moura vai conduzir esta Comissão para poder levá-la aos Estados, realizar audiências públicas que possam ir além dos muros do Congresso Nacional — em sentido figurado, logicamente —, ir além dessas paredes, para que nós possamos ouvir o que a população brasileira tem a dizer. Talvez, mais do que qualquer outra matéria nesta Casa, essa PEC represente



muito mais do que uma mudança na letra fria da lei. Ela é uma mudança de um padrão sociocultural do País, é a busca por saber atingir objetivos que a sociedade espera de forma muito rápida, para que este Congresso possa agir em diferentes iniciativas, no combate à violência, no combate à impunidade, no combate a essa escalada realmente de violência que as famílias enfrentam no dia a dia. A questão da delinquência juvenil é um elemento de um todo que será tratado nesta Comissão, para que nós possamos estabelecer critérios, conteúdo, propostas, a fim de avançarmos nesse tema.

A Comissão de Constituição e Justiça se debruçou sobre a constitucionalidade, Presidente, que é a parte formal. V.Exa., na semana que vem, designará o Relator, e a partir daí esta Comissão terá a missão de estudar o conteúdo, o direito material, o que constará nesta proposta, levando em consideração, inclusive, a possibilidade — uma ideia que defendo — de haver um referendo para o texto sobre o qual esta Comissão irá se debruçar.

Então, fica aqui uma mensagem mais forte: será uma marca da 1ª Vice-Presidência estabelecer mecanismos de diálogo com a sociedade, ouvindo as instituições públicas, ouvindo as entidades que cuidam das crianças, ONGs, UNICEF, OAB, o Ministério Público, magistratura, a defensoria. Eu acredito que o diálogo deve ser a palavra-chave na condução dos trabalhos desta Comissão. Essa sintonia fina com a sociedade será missão desta Mesa, tenho absoluta convicção.

Serei sempre seu auxiliar, Presidente, aguardando missão e aguardando tarefas para contribuir na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado Efraim Filho, nosso 1º Vice-Presidente, primeiro, pela confiança. Tenho certeza de que V.Exa. irá contribuir muito não só para nos ajudar na condução dos trabalhos desta Comissão, mas principalmente com o conhecimento que tem da matéria. V.Exa. já foi inclusive designado Relator de algumas propostas que tratam do assunto da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa. Eu não tenho dúvida de que irá contribuir muito com o andamento dos trabalhos desta Comissão. Passo a palavra à 2ª Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Quero saudar o nosso Presidente eleito, Deputado André Moura; o 1º Vice-Presidente, Deputado Efraim



Filho; o Deputado Bruno Covas, 3º Vice-Presidente; todos os senhores e as senhoras que compõem esta Comissão e dizer que iniciamos com manifestação de equilíbrio deste Plenário.

Eu quero agradecer a todos os que me confiaram o seu voto e, portanto, a responsabilidade de nesta Mesa ajudar a conduzir os trabalhos, de forma equilibrada, já referida pelo Deputado André Moura. Eu acho que a proposta que ele faz de imediatamente realizarmos uma reunião administrativa, para deliberarmos sobre o método, é uma boa iniciativa, garante algumas das coisas que o Deputado Efraim Filho manifestou agora mesmo: a prioridade do debate democrático, que sejam ouvidas todas as vozes, que a sociedade possa amplamente se manifestar, a sociedade organizada, o sistema jurídico; que nós tenhamos, diante de uma questão que é tão sensível e de tanta relevância para a sociedade brasileira, a possibilidade de pensar em formas de proteger a juventude, de proteger as crianças e os adolescentes, de enfrentar com êxito a violência que, infelizmente, tem penetrado, tem ferido a nossa sociedade.

Eu estou plenamente confiante, Presidente, em que esta Comissão será capaz de realizar essa tarefa tão valiosa, tão expressiva neste momento. Eu concordo com o Deputado Efraim que talvez essa seja uma virada de página na compreensão que a sociedade brasileira tem de valores que precisam ser profundamente debatidos. Eu estou confiante nisso. Eu acho que a ideia do referendo é boa, uma forma, também, de o Congresso buscar o diálogo com a sociedade de forma proativa.

Com essas palavras de agradecimento e de esperança no bom trabalho que nós possamos realizar aqui, eu retorno a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Muito agradecido à nossa 2ª Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão, na certeza de que também irá contribuir muito com a condução desse trabalho nesta Comissão, para que nós possamos propor um relatório que verdadeiramente atenda aos anseios da sociedade brasileira.

Convido para fazer uso da palavra o 3º Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Bruno Covas, do PSDB de São Paulo.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, Deputado André Moura; Sr. 1º Vice-Presidente, Deputado Efraim Filho; Sra. 2ª Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão; Srs. Deputados; Sras. Deputadas, público que aqui nos acompanha hoje, em primeiro lugar, queria agradecer os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas pela votação. Gostaria de agradecer ao Líder do meu partido, Deputado Carlos Sampaio, que me indicou para a vaga que cabia ao Bloco do PSDB nesta Comissão, que tem, sem sombra de dúvida, o acompanhamento de todo o Brasil.

Quem pode, como eu, acompanhar os debates na Comissão de Constituição e Justiça sobre a admissibilidade desta PEC acompanhou o quanto a população está participando, acompanhando, seja hoje através das mídias sociais, seja através da presença no Congresso, esse debate que tem o impacto profundo, como já foi dito aqui pelo Presidente, pelos dois Vice-Presidentes, no modo de viver, na nossa cultura, na nossa sociedade. Eu acho que o debate aqui vai ser muito rico. Nós vamos poder aprofundar muito todos os temas que já foram aflorando na CCJ, quando ainda discutíamos a admissibilidade. Várias questões de mérito foram aparecendo lá, e agora nós vamos ter oportunidade de aprofundar esse debate, com audiências públicas, trazendo especialistas, fazendo uma discussão regionalizada, fazendo uma discussão envolvendo toda a sociedade, para que a decisão seja de muita reflexão, porque vai, sem sombra de dúvida, nos próximos anos, embasar muito a atuação da nossa sociedade.

Eu acho que esta Comissão vai ter um acompanhamento. Fico muito feliz por estar aqui fazendo parte desta Comissão, ao lado dessas brilhantes Deputadas e Deputados que vejo aqui nesta Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Da mesma forma, agradecemos ao Deputado Bruno Covas, na certeza de que V.Exa. também irá contribuir muito com os trabalhos desta Comissão.

Antes de iniciarmos as inscrições para os pronunciamentos das Sras. e Srs. Deputados, gostaria de pedir a atenção para alguns esclarecimentos sobre a tramitação das PECs e do trabalho desta Comissão.



O prazo inicial da Comissão para proferir parecer à PEC nº 171, de 1993, e às suas apensadas é de 40 sessões ordinárias da Casa, contadas a partir de ontem, 7 de abril de 2015, data da constituição desta Comissão Especial.

O prazo para a apresentação das emendas à PEC é de dez sessões ordinárias, contadas a partir de amanhã, 9 de abril de 2015. Ressalto que o quórum regimental mínimo exigido para a apresentação das emendas é de um terço de assinaturas individuais, correspondente a 171 Deputados.

As emendas deverão ser apresentadas à Secretaria da Comissão, sala 165-B do Anexo II, em três vias, sendo uma original e duas cópias devidamente autenticadas, conforme determina o Ato da Mesa nº 49, de 2000, alterado pelo Ato nº 101, de 2001. Preenchidos esses requisitos de forma, a Secretaria emitirá recibo e, posteriormente, relatório de conferência das assinaturas. Por ser imprescindível dar publicidade a todas as matérias a serem apreciadas na Comissão, caso V.Exas. queiram propor nomes a serem ouvidos em audiências públicas, deverão fazê-lo por meio de requerimentos escritos e autenticados, apresentados à Secretaria, com antecedência mínima que permita a sua publicação na Ordem do Dia das Comissões.

Informada essa parte burocrática, peço aos Deputados inscritos para falarem nesta Comissão que, ao início das suas falas, declinem os seus nomes para registro taquigráfico desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - O Deputado Vitor Valim, não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - O Deputado Vitor Valim, desculpe-me.

Tem a palavra o Deputado Vitor Valim.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Muito obrigado, Presidente. Como é para declinar o nome, então vou fazer a redundância aqui. Meu nome é Vitor Valim, Deputado do Estado do Ceará.

Primeiro, quero parabenizar o Presidente André Moura, o Vice-Presidente Efraim Filho, a 2ª Vice-Presidente Margarida Salomão e o 3º Vice-Presidente Bruno Covas.



Presidente, eu tive oportunidade de participar, na Comissão de Constituição e Justiça, da discussão da admissibilidade e da constitucionalidade desta matéria. Infelizmente, alguns discursos feitos aqui sobre respeito ao contraditório, sobre ouvir opiniões contrárias, às vezes, na prática, não acontecem.

Eu tive oportunidade de ver convidados para falar tanto contra como a favor serem desrespeitados por plateias deliberadamente trazidas por algum partido político a esta Casa.

Sei que V.Exa., já na primeira fala, disse que vai haver uma reunião para deliberarmos como serão os trabalhos. Que possamos, então, ordenar para que discursos de alguns Parlamentares realmente possam se tornar prática e que não sejam trazidas claque para esta Comissão, para fazerem valer suas vontades pela força ou pelo grito. Nós somos representantes legítimos da população. Então, se alguém quer falar ou ter voz, que traga um representante de uma associação civil organizada e não uma claque de forma desorganizada. Houve agressões sérias a Parlamentares e a convidados. Espero que isso realmente não venha acontecer. Infelizmente, hoje, o nosso Congresso, a classe política, está desgastado e não é à toa, mas porque não se fazem ecoar as vozes das ruas.

Então, fico muito feliz por aqueles Deputados terem votado a admissibilidade da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, pois hoje isso está propiciando a que todos nós possamos discutir o mérito dessa matéria. Alguns que estavam lá não queriam nem que essa matéria entrasse em discussão para que o mérito dela fosse avaliado. Então, parabéns a todos que lá, naquela trincheira, lutaram e conseguiram que a matéria viesse para cá, para que hoje a sociedade brasileira possa avaliar o mérito.

Espero que a condução possa ser feita da forma mais tranquila e que possa haver o contraditório na tranquilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Assim espero, Deputado. Agradeço a fala a V.Exa.

Passo de imediato a palavra ao Deputado Sandes Júnior.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Boa tarde! Quero cumprimentá-lo, Presidente André Moura, e também o 1º Vice-Presidente, Efraim Filho, a 2ª Vice-



Presidente, Margarida Salomão, e o 3º Vice-Presidente, Bruno Covas. Eu sou Sandes Júnior, do PP de Goiás, autor da PEC da Juventude.

O nosso Constituinte de 1988 considerou a criança, o adolescente e a terceira idade, mas se esqueceu do jovem. Ao chegar aqui em 2003, o meu primeiro projeto foi apresentar a PEC da Juventude, que foi aprovada com extraordinária votação de mais de 400 votos em dois turnos, na Câmara, e com 60 votos, em dois turnos, no Senado Federal. E foi promulgada em 11 de julho de 2010.

E nós temos hoje 53 milhões de jovens. Segundo o IBGE, pessoas de 15 a 29 anos são consideradas jovens. A partir dos 30 anos não são mais consideradas jovens; segundo o IBGE, são jovens as pessoas de 15 até os 29 anos. Então, há hoje 53 milhões de jovens, o que inclui também os garotos de 16 até 18 anos de idade.

Eu também sou um dos autores da PEC que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos.

Vamos aqui ouvir todos os segmentos da sociedade, vamos respeitar a opinião de todos. Há um ditado que diz que só não muda quem morreu, até lá a pessoa tem a capacidade de mudar. Eu quero ouvir, vou ouvir e acho fundamental, Sr. Presidente, irmos, como se diz no jornalismo, direto ao assunto. Se for permitido, e eu acredito que seja, que possamos trazer aqui jovens de 16 a 18 anos infratores como também os não infratores, para que eles possam falar. Acho fundamental que jovens infratores de 16 a 18 anos e não infratores tenham a possibilidade de falar nesta Comissão, porque vamos fechar o nosso raciocínio e consequentemente fechar o nosso voto, no final, se vamos ou não reduzir a maioridade penal, se vale a pena ou não, se há outros meios, se há outras maneiras. Até agora estou convencido de que devemos; mas volto a dizer: só não muda quem morreu.

É importante ouvirmos as vozes das ruas; devemos, sim, nos preocupar com a opinião pública, com a opinião publicada, televisada, radiofonizada, com todas as opiniões e com as pessoas que virão aqui — juízes, promotores, segmentos e os jovens também. Acho fundamental a presença dos jovens infratores e não infratores para saber a opinião deles, o que eles acham de tudo isso.



Concluo os meus 3 minutos e agradeço a oportunidade. Tenho certeza absoluta de que, respeitando todas as opiniões contrárias ou não, vamos fazer um extraordinário trabalho nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado Sandes Júnior.

De imediato, passo a palavra ao Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e também os demais Vice-Presidentes. E quero dizer a V.Exas. que vamos colaborar e para integrar. Que esta Comissão seja o reflexo da exigência do nosso povo brasileiro! Eu queria parabenizar, acima de tudo, o nosso Presidente da Casa, o Deputado Eduardo Cunha, pela coragem, por quebrar esse tabu. Há muitos anos não se votava a redução da maioridade penal na Casa. Parabéns ao Presidente Eduardo Cunha, por essa posição!

Estamos trabalhando nesta Comissão, a partir de hoje, por exigência do povo brasileiro. O povo brasileiro exige que se reduza ou não a maioridade penal. Então, nós somos funcionários do povo e, por isso, temos que trabalhar para ele. Eu dediquei a minha vida profissional, quase que toda a minha vida, à segurança pública. Eu fui delegado de polícia durante 30 anos no Distrito Federal. Tenho várias passagens com menores infratores. Sr. Presidente, eu já levei tiro de menor e já levei cusparada na cara de menor, mas nem por isso, nem eu e nem ninguém que participou lá da CCJ, onde houve aquele embaraço todo, quer crucificar o menor de idade, ninguém quer fazer isso — nem eu. Nós queremos que seja retirado do convívio da sociedade aquele menor irrecuperável, aquele menor que já cumpriu pena de medida socioeducativa, aquele menor que já cometeu crime hediondo, que é reincidente em crime hediondo. Nós estamos trabalhando para isso. Nós não queremos pegar o menor ladrão de galinha, não. Hoje nem o maior cumpre pena.

Sr. Presidente, seja bem-vindo! Retorno a palavra ao nosso Presidente, para que receba o nosso querido Presidente da Câmara dos Deputados.

Eu estava elogiando V.Exa. pela coragem, Sr. Presidente Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado Laerte Bessa. Iremos devolver a palavra a S.Exa.



Registramos, com muita satisfação, a chegada do Presidente da Casa, o Sr. Deputado Eduardo Cunha. Inicialmente, agradeço a V.Exa. pela coragem, como já foi dito aqui por alguns que nos antecederam, de instalar esta Comissão Especial e trazer este tema à Câmara dos Deputados, tema que já tramita aqui desde a primeira PEC protocolada em 1993, portanto há 22 anos.

E eu não tenho dúvida de que esta Comissão vai discutir e vai deliberar, logicamente como eu disse anteriormente, ouvindo todos os lados, os que são favoráveis e os que são contrários à matéria, da forma mais democrática possível, da forma mais respeitosa possível, ouvindo todos os lados, para que aqui nós possamos fazer um amplo debate, um debate ouvindo todas as correntes — volto a repetir — favoráveis e contrárias à redução da maioridade penal. E que esta Comissão possa oferecer ao Plenário da Casa um relatório que verdadeiramente atenda aos anseios e ao clamor povo brasileiro.

Sr. Presidente, parabeno-o e agradeço a V.Exa., primeiro, por trazer esta matéria, como já disse, a esta Casa. O Poder Legislativo, a Câmara Federal não poderia jamais se esquivar de deliberar uma matéria recorrente, hoje, em toda a opinião pública. E V.Exa. tem pautado o seu mandato e a sua gestão à frente desta Casa, trazendo para cá matérias que, há muitos anos, o povo brasileiro gostaria que esta Câmara pudesse legislar: a reforma política; o pacto federativo; a redução da maioridade penal, entre outras matérias.

Então, enquanto Presidente desta Comissão, primeiro, agradeço a V.Exa. por trazer esse tema a esta Casa. Segundo, agradeço novamente as Sras. e Srs. Deputados que compõem esta Comissão pela confiança em mim depositada, para presidir esta Comissão, mas também agradeço a V.Exa. pela confiança.

Se me permite, Deputado Laerte Bessa, eu passo a palavra ao Presidente. Nós sabemos que o Presidente ainda tem que retornar ao plenário da Casa. Nós temos ainda hoje o projeto da terceirização para ser votado.

Sr. Presidente, é uma honra muito grande a presença de V.Exa. aqui nesta Comissão, mostrando a importância dela.

Passo a palavra ao Presidente desta Casa, o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Eduardo Cunha) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos colegas, todos os presentes, a



instalação desta Comissão tem um marco que não necessariamente quer dizer que a matéria vai ser aprovada, ou mesmo que se aprovada pela Comissão depois venha a ser aprovada pelo Plenário. Tudo isso vai ser fruto do debate, do processo que V.Exas. saberão conduzir com a competência e a sabedoria que cada um tem em suas representações.

O mais importante disso tudo é não nos furtarmos de debater um tema que tem não só a demanda da sociedade, que clama por isso, mas aparentemente uma grande aceitação dentro da maioria do Parlamento. Se ao fim do processo, será ou não aprovado, isso só V.Exas. irão dizer. Mas o debate é muito importante, não nos escondermos e não nos furtarmos ao debate é muito importante, para que possamos ver todos os pontos do processo, do problema, ter todas as análises. Até aqueles que pensam de um jeito podem mudar o seu pensamento e vice-versa. Enfim, tudo isso será palco daquilo que o Parlamento tem que fazer, tem que debater e, depois, tem que votar.

Apesar de eu pessoalmente ser favorável à matéria, isso não significa que ela será ou não aprovada. A matéria deverá ser efetivamente fruto do que a maioria — nesse caso, por ser uma proposta de emenda constitucional, são necessários três quintos da Casa — entender como correto.

Eu apenas quis dar a oportunidade, já que V.Exas. aprovaram a admissibilidade. Lamento que a admissibilidade tenha ficado 4 anos com seu debate bloqueado na Comissão de Constituição e Justiça, assim como outras matérias. Pior do que não deliberar é esconder o debate.

A terceirização, da qual eu vejo muitos reclamarem, que está sendo palco do debate de hoje — o projeto da terceirização está há 11 anos nesta Casa —, é fruto de uma ação direta de inconstitucionalidade que está prestes a ser julgada com efeitos muito mais devastadores do que o texto que está sendo votado. Justamente pela omissão de não apreciarmos o tema, acaba a judicialização do processo nos substituindo, como já aconteceu com várias matérias eleitorais, como tem acontecido com vários outros temas. Então, se por opção legislativa não legislarmos, tudo bem; mas, se por obstrução pessoal não legislarmos, não é o correto com o Parlamento e nem com a sociedade.



Eu vim aqui para prestigiar o início dos trabalhos de V.Exas. e para desejar-lhes sucesso. Que V.Exas. possam fazer o bom debate! E que ao fim a proposta que mereceu o convencimento da maioria do Parlamento seja a que V.Exas. adotem, aquela que possa ser a melhor para a legislação do nosso País. Que nós possamos, ao fim, fazer a boa lei, aquilo que é melhor para a nossa sociedade, para a nossa população! Desejo-lhes sucesso. Que V.Exas. possam corresponder, seja qual for o resultado, àquilo que a sociedade espera de todos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradecemos a honrosa presença do Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, mostrando, portanto, a importância desta Comissão Especial.

De imediato, agradecendo a compreensão do Deputado Laerte Bessa, por ter interrompido a sua fala, peço que o seu tempo seja recomposto. Passo de imediato a palavra ao Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Eu já estou encerrando, Sr. Presidente. Quero só para reafirmar aquilo que se colocou lá na CCJ, durante a votação da constitucionalidade ou não da PEC 171. Ficou a impressão de que existiam ali as pessoas contra e a favor, num embate de vida ou morte, mas não é a realidade. Pelo menos eu posso dizer, pelas pessoas que votaram a favor da constitucionalidade da PEC 171, que a ideia nossa é fazer justiça ao menor. Aquele menor que for analisado, que fizer um exame criminológico, se for o caso, que fizer um exame de psicopatia, e se descubra que ele tem condições de se recuperar, é claro, não será classificado. Os maiores, Sr. Presidente — se virmos a Lei de Execução Penal de hoje —, não são punidos. Por que vamos punir os menores? Nós vamos punir aqueles que não têm condições de conviver com a sociedade, como acontece com os maiores.

Na minha convivência, durante esses 30 anos como delegado de polícia, eu já vi menores fazendo coisas que jamais uma pessoa consciente acreditaria que pudesse ser feito, barbaridades.

Falo isso com consciência e volto a reafirmar: ninguém quer mandar menor para paredão, não. O nosso povo quer que se faça justiça e que se retirem das ruas aqueles que não merecem conviver com a sociedade.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputado, mais uma vez, agradeço a compreensão de V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os eleitos do dia de hoje, V.Exa., Presidente André Moura, nosso 1º Vice-Presidente, Efraim Filho, Bruno Covas, e também a Deputada Margarida Salomão. Cumprimento também todos os colegas Deputados.

Eu parto do seguinte princípio: todo Deputado chegou a esta Casa por causa do voto popular, com o apoio da população. Eu acredito que, para ocupar uma cadeira do Congresso Nacional, o sujeito não pode ser covarde. Aliás, aqui não há lugar para covardes. Os covardes dificilmente prosperam. Os covardes a que me refiro são aqueles que não se permitem o debate. É muito natural ser contra ou ser a favor. Temos de respeitar a opinião daqueles que pensam de maneira diferente. Mas é inegável, é inquestionável que, neste momento em que o País vive, por causa da impunidade que nós percebemos todos os dias, não só pelos noticiários nas emissoras de televisão e de rádio ou jornais, mas na cidade onde moramos, a população está presa dentro de casa. Evidentemente que o debate que nós vamos ter aqui, iniciando a partir de hoje, dando sequência ao que a Comissão de Constituição e Justiça aprovou, permitirá, ao final disso tudo, encaminharmos ao Plenário o melhor debate.

Obviamente sou defensor da redução da maioridade penal. Aliás, eu quero aqui dizer que meu sentimento se equipara ao de mais de 85% da população brasileira, segundo todos os institutos de pesquisas. É óbvio que, respeitando aqueles que pensam diferentemente, tudo o que se tentou não deu certo. Tudo o que se tentou não deu certo. Existe o discurso de investir na educação; os Municípios e os Estados já fazem isso. É natural e é óbvio.

Eu quero aqui, de minha parte — e creio que a maioria dos nobres colegas também tenha passado por isso —, dizer que aos meus 12 anos de idade eu também trabalhava. Eu acredito que o problema da violência está na vagabundagem neste País. Um garoto de 16 anos é proibido de ter carteira assinada e emprego fixo. Se tivesse carteira assinada e emprego fixo, eu tenho convicção de que muitos



desses que estão no mundo da criminalidade nele não estariam, porque não teriam tempo para isso. De qualquer forma, acredito que vamos começar, e começar com o pé direito.

Pelo o que eu vi, o Deputado Efraim Filho também tem um projeto de decreto legislativo que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, se não me falha a memória, também há um de minha autoria que está apensado ao do Deputado. Obviamente, se por lá passar, irá a plenário, onde se propõe também um plebiscito. De qualquer forma, todas as iniciativas são válidas, mas eu torço e desejo que, ao final disso tudo, o Plenário da Câmara aprove a redução da maioridade penal. E aí vem outro debate: para onde se leva essa turma? É claro que compete ao Governo construir um novo sistema prisional, porque o atual está falido e não recupera ninguém, mas não é por isso que vamos deixar de debater. Particularmente, minha posição será, sim, pela redução da maioridade penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Muito obrigado, Deputado João Rodrigues.

Passo imediatamente a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Deputado André Moura, quero parabenizá-lo por estar nesta posição. Quero parabenizar os Deputados Efraim Filho e Bruno Covas, a colega, Deputada Margarida Salomão, minha concorrente, que foi vitoriosa. Tenho certeza de que a Comissão e a Mesa vão efetuar um trabalho de forma imparcial no sentido de que todas as partes sejam ouvidas.

Quero aqui pedir que todas as pessoas que forem convidadas a depor ou a palestrar a respeito do assunto possam vir de forma igualitária, tanto os prós quanto os contra, e que não ocorra nesta Comissão o que aconteceu na CCJ, onde grupos orquestrados adentraram a reunião e cometeram o que soubemos. Queremos ter, sim, uma Comissão que possa trabalhar de forma igualitária, em que todos possam falar, todos possam colocar sua posição. A minha, todos já sabem, é pela redução.

Também tenho 30 anos de segurança pública, sei o problema que a população brasileira vive na rua, sei da ansiedade e da angústia do povo brasileiro com relação à redução da maioridade.



O colega aqui já falou das pesquisas, e eu diria mais: não são 85%, não; são 90% já, de acordo com todos os institutos dos quais temos conhecimento. Quando nós discutimos a redução da maioridade penal, inclusive na CCJ, que não seria o lugar para debate, mas apenas o lugar para tratar da admissibilidade, falou-se que o menor — hoje menor, eu espero que venha a ser maior aos 16 ou 17 anos de idade — não é mais o mesmo de 50 anos atrás. Hoje todo jovem de 16 e 17 anos tem a liberdade e o acesso amplo a todas as redes de Internet, a todos os programas televisivos; eles sabem o que é certo e o que é errado. Não podemos admitir, e o povo brasileiro não pode mais sofrer a consequência dos atos de pessoas como essas, que cometam as barbáries que cometem nas ruas. E elas são responsáveis pela grande maioria dos crimes médios. Desses, grande parte tem como final o fator morte, alguns, o fator estupro. Não podemos aceitar que eles sejam regidos ainda pelo Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, que, de certa forma, é protetor desses menores. E eles sabem dessa situação. Eles cometem o crime na rua, sabedores de que são protegidos pelo ECA. Eles são sabedores de que, se flagrados — e eles fazem reféns —, serão levados para a delegacia, que os pais irão lá, assinarão um termo de responsabilidade e os levarão de volta para casa. E no dia seguinte eles cometem o mesmo crime. Com quantas vidas de jovens e sonhos eles acabaram, exatamente porque não recebem uma punição justa, compatível com o que eles praticam?

Então, queremos, sim, a redução da maioridade, queremos que a Mesa possa fazer um trabalho justo, imparcial. E volto a repetir: para todas as pessoas que vierem depor, vierem palestrar, que haja igualdade, Sr. Presidente, tanto para quem vier falar contra quanto para quem vier falar a favor. Nas audiências públicas também, se tiverem de vir, que elas sejam colocadas aqui dentro de forma igualitária.

Era o que eu tinha a falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Muito obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro. Com certeza, Deputado, como já disse aqui anteriormente, daremos a mesma condição àqueles que vierem falar a favor e àqueles que vierem falar de forma contrária, como também àqueles que vierem acompanhar o trabalho



desta Comissão. Nós vamos ter o cuidado. Logicamente vamos discutir isso na reunião administrativa, na reunião interna desta Comissão, para que possamos dar igualdade a todos aqueles que venham aqui contribuir ou acompanhar o trabalho desta Comissão Especial.

Passo a palavra ao Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Quero inicialmente parabenizar o Presidente André Moura; o 1º Vice-Presidente, meu companheiro de partido, Deputado Efraim Filho; a nossa Deputada Margarida Salomão, que vai dar equilíbrio a esses debates, assumindo aqui a 2ª Vice-Presidência; e ao Deputado Bruno Covas, que é o nosso 3º Vice-Presidente.

Eu me sinto muito feliz de compor a Comissão Especial que vai debater a PEC 171. Tenho certeza de que nós estamos cumprindo nosso papel de legislar e debater uma PEC que está nos escaninhos desta Casa há 22 anos, que estava há 4 anos na Comissão de Constituição e Justiça, onde nós tivemos um debate bastante equilibrado. Houve equilíbrio nos debates, mas talvez não no resultado: 42 votaram a favor da constitucionalidade da matéria e apenas 17 votaram contra a constitucionalidade. Na Comissão de Constituição e Justiça, nós já conseguimos entender que alguns que votaram a favor da constitucionalidade da matéria não estavam convencidos em relação ao mérito. E essas 40 sessões serão fundamentais para que esta Comissão possa fazer o seu juízo de valor, e o mundo, fora dessas paredes, nos ajudará nesse trabalho. Ninguém aqui quer ser leniente nem algoz de jovem entre 16 e 18 anos.

Existem PECs; são 38 PECs apensadas. Algumas eu acho que até são muito rígidas, outras mais equilibradas. A Deputada Keiko Ota tem uma PEC muito boa, que propõe a redução para crimes hediondos e a flexibilização, para que o jovem possa ficar no sistema socioeducativo até os 21 anos. Uma das questões que foram muito colocadas é que o grau de reincidência nas entidades socioeducativas é menor do que nos presídios.

Eu tive oportunidade, correto ou errado, de entrar um pouco no mérito da matéria quando eu falava que acho que essa PEC não é a solução para a criminalidade do nosso País, e não é. Ela apenas é um posicionamento, uma demonstração do Congresso Nacional de que nós estamos cumprindo o nosso papel



de legislar. Nós não estamos deixando uma PEC que tem 22 anos de existência nas gavetas desta Casa. Agora, vamos ouvir a sociedade civil, vamos ouvir as autoridades competentes, para ver qual é a melhor forma, qual é o melhor texto redondo, para encaminhar ao Senado uma proposta de redução da maioria penal.

Eu particularmente sou a favor, mas de que forma? Vou poder responder a V.Exa. após as 40 sessões ou as sessões que forem necessárias, sendo o limite máximo de 40. E peço a todos os meus companheiros que possam se debruçar sobre trabalhos acadêmicos, sobre legislação, sobre opiniões balizadas, para que nós possamos daqui sair com um texto na certeza de estar atendendo a necessidade do nosso País, não a interesses de lenientes nem de algozes, mas interesses dos brasileiros, que sem sombra de dúvida querem uma resposta real desta Comissão, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Desejo a V.Exa. boa sorte na condução dos nossos trabalhos. V.Exa. tem uma responsabilidade muito grande em conduzir esta Comissão Especial. Sem sombra de dúvida, como aqui já foi falado, o Brasil está com os olhos em nosso trabalho.

Para completar as minhas palavras, quero aqui ratificar o que o Deputado Efraim Filho falou. Após todo o debate, após todas as ideias serem colocadas, todas as votações, poderia haver na eleição de 2016 ou 2018 um referendo, para ver se o povo, a população, além dos legisladores, concorda com o caminho que está sendo adotado ou será adotado pelo Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu é que agradeço ao Deputado Felipe Maia, na certeza de que V.Exa. deu uma contribuição enorme para a tramitação da admissibilidade da PEC na Comissão de Constituição e Justiça. E eu não tenho dúvida que a mesma contribuição dará nesta Comissão Especial.

Passo a palavra ao Deputado Silas Freire.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu gostaria de cumprimentar V.Exa. e, ao cumprimentá-lo, cumprimentar todos os membros da Mesa. Fico feliz com os ânimos apresentados nesta primeira impressão da nossa Comissão. Na Comissão de Constituição e Justiça, parecia que queriam escolher um lobo mau e os



chapeuzinhos vermelhos, queriam escolher um lado mau para mostrar. E eu acho que não é isso que nós estamos querendo debater nesta Casa.

Eu acho que a esta Casa chegarão os números que não foram debatidos, números que o Conselho Nacional de Justiça já tem. Eu defendo a redução da maioridade penal. Aliás, cheguei a esta Casa agora para dar entrada a um projeto de emancipação penal, que é bem mais amplo. Mas não poderia perder a oportunidade, naquela discussão na Comissão de Constituição e Justiça, com o projeto a tantos anos parados, de apoiá-lo, de pedir ao meu partido que votasse a favor da matéria.

Existem alguns números, e eu acredito que nesta Comissão nós teremos acesso a eles. Os números vão nos chamar a atenção, porque quem é a favor da maioridade penal não é só a favor da retenção de liberdade do adolescente que comete crime, não, é a favor do adolescente — eu, pelo menos.

Eu tenho números da própria UNEJ indicando que até 2016 teremos 37 mil adolescentes assassinados. Nós já chegamos a mais de 20 mil nos últimos anos. E 60% deles estão envolvidos com crimes porque estão à sombra da impunidade. Números dizem que os jovens adolescentes, quando têm sua liberdade retida, rescindem menos do que os maiores. Isso é verdade, senhores, porque não têm chance de voltar por estarem sendo assassinados. É bom que, nesta Comissão, vamos ter tempo para debater esses números. Aqueles que estão no tráfico e têm sua liberdade retida não se ressocializam, não, são assassinados. Assassinados!

Então, eu acho que quem defende esta PEC, esta ideia, que acredito muito que será aprimorada, não defende só o cárcere pelo cárcere para o adolescente que pratica crime. Penso, e tenho certeza de que várias cabeças também, que essa sensação de impunidade tem levado nosso adolescente a ser usado pelo crime. Nós, no plenário, tivemos oportunidade de aumentar a pena para quem usa o menor para o crime. E o menor não tem coragem de entregá-los. Aqui tem colegas que trabalham na Polícia há muito tempo e sabem disto: os menores não têm coragem de entregá-los, preferem ser assassinados a entregar os adultos que os usam, e por isso estão sendo assassinados.



Estou muito feliz pelo tom dado nesta tarde nesta Comissão. Esses números virão à tona, teremos mais tempo para debater. Aí, com eles, teremos certeza de que não haverá nem chapeuzinho vermelho, muito menos lobo mau.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu é que agradeço, Deputado Silas Freire.

Passo a palavra à Deputada Keiko Ota.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Sr. Presidente, quero parabenizar toda a sua equipe. Acho esta Comissão, instalada hoje, de extrema importância, e será conduzida democraticamente, com muito equilíbrio, que é a base, para decidir sobre o assunto.

A sociedade precisa de resposta e ser protegida por leis que ela apoie. Este assunto exige muito cuidado, pois estamos lidando com vidas, mas não podemos mais ficar à mercê de jovens criminosos. Precisamos fazer justiça para milhares de mães e parentes que sofreram vitimadas pela violência. Esses jovens têm o direito também de cumprir sua pena e depois retornar ao seio da sociedade.

Darei o meu melhor para haver equilíbrio na condução desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu que agradeço, Deputada Keiko Ota, a contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa. pela eleição à Presidência e, na sua pessoa, o 1º Vice-Presidente, Deputado Efraim Filho, a 2ª Vice-Presidente, Deputada Margarida Salomão, e o 3º Vice-Presidente, Deputado Bruno Covas, meu conterrâneo. Desejo sucesso a V.Exas. e que conduzam de maneira harmônica, com respeito e ética, o debate nesta Comissão tão importante.

Estava vendo agora o retrato de Franco Montoro, do nosso Estado — não é, Bruno? —, homem que sempre enfrentou os grandes temas. Está escrito ali: *“Mais grave do que a miséria dos famintos é a inconsciência dos fartos”*. Isso me fez pensar que hoje estamos julgando uma questão de consciência, se um jovem menor de 18 anos tem consciência.



Quero dizer da importância deste tema, que é inovador, e que a palavra “responsabilidade” é um substantivo feminino com origem no latim que demonstra a qualidade do que é responsável ou a obrigação de responder por atos próprios.

Aqui não vai haver vencedor nem vencidos, mas vai ganhar a sociedade. Como disse o Presidente da Casa, não podemos nos furtar ao debate. A matéria tramita aqui há 22 anos. De forma carinhosa, responsável e respeitosa às opiniões divergentes, precisamos chegar a uma solução para dar a resposta para, sem dúvida, como os colegas antecederam, mais de 90% das pessoas. É um número alarmante. Leigo é aquele que acha que isso vai resolver todos os problemas. Não vai, mas nós precisamos dar uma resposta imediata e coerente. Ninguém melhor do que V.Exa., Presidente, para conduzir nossos trabalhos de maneira democrática, coerente e harmoniosa.

A Deputada Maria do Rosário já disse que aqui não haverá vencedor nem vencidos. Temos que fazer um debate de alto nível. Estamos mexendo com vidas, como a Deputada Keiko Ota disse, mas temos que respeitar a vontade da maioria.

Parabéns, Presidente! Que Deus nos abençoe nesta empreitada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu é que agradeço a generosidade das palavras a V.Exa., a confiança acima de tudo na condução dos trabalhos desta Comissão.

Passo a palavra ao querido Deputado Guilherme Mussi.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MUSSI - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela eleição. Tenho certeza de que a Comissão será muito bem conduzida porque está em boas mãos. Quero cumprimentar também o Deputado Efraim Filho, 1º Vice-Presidente, a Deputada Margarida Salomão, 2ª Vice-Presidente, o Deputado Bruno Covas, 3º Vice-Presidente, e todas as Deputadas e Deputados que integram esta Comissão.

Eu penso que hoje não é o dia nem o momento para externar minha opinião, meu julgamento sobre matéria tão importante para a sociedade brasileira, mas sim para alertar todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados: os olhos do Brasil estarão nos assistindo. Eu acho muito importante um debate rico, respeitoso, no qual possamos ouvir os diversos setores da sociedade, as diversas opiniões, ao longo



processo. Serão até 40 sessões. Muitos poderão aprender e até mudar de opinião, com as audiências públicas, com o relato de colegas, pessoas e entidades.

Eu torço e trabalharei para que seja um debate limpo, no qual as ideias prosperem mais do que as emoções. É tema que envolve muita paixão, muitas emoções, muitas convicções, mas acho que nesta Comissão tem que imperar o respeito. Temos que respeitar as opiniões das colegas Deputadas e dos colegas Deputados diferentes das nossas.

Embora muitos tenham opinião formada, eu acho válida a opinião de todos aqui. Este é um processo de construção. Temos que ouvir todas as pessoas envolvidas. Temos que fazer audiências públicas e, como eu disse, respeitar a vontade da maioria. No final o voto vai vencer. Como bem disse o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, temos que aprovar o relatório nesta Comissão e depois no Plenário. É um debate muito amplo, que só prosperará se houver respeito entre as partes, partes favoráveis e contrárias. Podemos ter a certeza de que esta Comissão será muito bem conduzida pela maestria do Deputado André Moura e de toda a Mesa.

Que Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Amém! Agradeço a V.Exa. Espero que na Comissão a paz e a tranquilidade possam reinar, para que possamos deliberar da melhor maneira possível.

Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente André Moura, eu quero cumprimentar V.Exa., o Deputado Efraim Filho, a Deputada Margarida Salomão, o Deputado Bruno Covas e os demais integrantes desta Comissão e agradecer ao Deputado Leo de Brito a inversão na inscrição para eu poder me pronunciar agora.

Ficamos satisfeitas com a eleição da Deputada Margarida Salomão. Apresentamos seu nome porque acreditamos que deveríamos estar presentes nesta Mesa e encontramos a aceitação desta Comissão para apresentarmos à sociedade brasileira uma Mesa com posições plurais. A melhor recomendação que pude ouvir dos colegas até este momento, e que considero essencial, é escutar e formular ideias sobre o tema.



Eu concordo com os colegas que me antecederam que não se trata de vencer o debate, mas de derrotar a violência. Nisso estamos todos unidos. O Brasil extrapolou todos os índices possíveis aceitáveis, se é que existe algum índice aceitável quando falamos em homicídios, em mortes por causas violentas. Nada é aceitável para uma família, para uma pessoa. Mas, sem dúvida, o remédio, a proposta que temos para o enfrentamento dessa situação é diferente entre uns e outros. Há posições distintas. Se partirmos, como percebo aqui, da ideia de respeito à posição do outro e da outra, do Parlamentar, da Parlamentar, poderemos encontrar soluções para muitas questões e, acredito, dar bons exemplos, principalmente porque nos solidarizamos com todas as vítimas, com cada pessoa.

Hoje, Sr. Presidente, cabe dizer: por que não nos solidarizarmos também com a família daquele menino de 10 anos morto na porta de uma casa no Rio de Janeiro? Por que não dizemos que isso não pode acontecer. Venha de onde vier a bala, de onde vier o ataque, não é possível. Basta de mortes! Vejo na grande maioria dos colegas que defendem essa ideia uma saída para a redução da violência. Se não acredito nesse caminho, estou aberta para debatermos soluções.

Quero dizer que acredito que devemos também, e é isso que quero lhe propor, Presidente, debater a implementação da Lei do SINASE — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que é nova, de 2012, e verificar com o Governo Federal, com Estados e Municípios também como ela está sendo implementada.

Farei, faremos certamente, uma série de requerimentos à Mesa. Acredito que ela será isenta, que os colegas estarão abertos. Vamos aprovar requerimentos de forma equilibrada, fazer um bom debate e levar adiante a visão de que a Câmara dos Deputados pode debater temas sensíveis a nossa população, mas que observem, sobretudo, o interesse público.

Era isso que eu queria dizer a V.Exa., cumprimentando V.Exa. e toda a Mesa. Contem conosco, porque estaremos aqui para contribuir e debater este tema com diálogo, sobretudo, com cada posição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu é que agradeço a posição da Deputada Maria do Rosário.



É lógico que tudo que for encaminhado a esta Comissão nós iremos, com a isenção necessária que se requer ao Presidente, trazer à discussão. Preservaremos aquilo que está no escopo desta Comissão Especial, mas certamente discutiremos da forma mais ampla, como disse anteriormente, todas as matérias que aqui chegarem. Faremos as audiências públicas e, se propostos forem, seminários.

Quero aproveitar a oportunidade para já anunciar que na reunião da próxima semana indicaremos o Relator. Adotamos a medida de não fazê-lo hoje porque muitos Parlamentares nos procuraram pedindo a indicação para relatoria de matéria que reputo das mais importantes que tramitam na Casa, entre outras, a exemplo, como já disse, da reforma política, do pacto federativo, da qual sou Relator. Até a próxima semana analisaremos todos os nomes que nos procuraram pedindo indicação e anunciaremos o nome do Relator ou da Relatora que conduzirá o parecer a ser apreciado por esta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma saudação especial, desejar muito sucesso e falar da minha confiança plena na condução dos trabalhos desta Comissão por V.Exa., Deputado André Moura, juntamente com os Deputados Bruno Covas, Efraim Filho e Margarida Salomão. Eu queria fazer uma saudação especial a todos os membros da Mesa.

Fui Secretário de Juventude no meu Estado por 4 anos. Há muito tempo trato dos direitos da juventude, assim como o Deputado Sandes Júnior, autor da PEC da Juventude. É uma honra ter sido indicado pelo meu partido para fazer parte desta Comissão. Vi em cada fala dos companheiros que me antecederam o espírito de realizar um debate calcado na racionalidade. Não podemos transformar esta numa Comissão de emoções, de paixões.

Como advogado e professor de Direito em universidade federal, digo que o debate sobre a legislação penal envolve bens jurídicos de grande relevância — a vida, a liberdade. Nesse caso, estamos falando inclusive da opção feita pelo Constituinte originário de dar prioridade absoluta a crianças e adolescentes, assim como é feito em mais de 70% dos países do mundo.

Particularmente, tenho opinião contrária à redução, mas estou aberto à discussão. Acho que temos que estar abertos a todo debate que será feito nesta



Comissão, compreendendo que todos nós, indistintamente, somos contra a impunidade, que todos nós, indistintamente, queremos que a violência seja mitigada no Brasil e que, claro, é importante valorizar a juventude, as crianças e adolescentes. Queremos fazer deste um País de oportunidades e não dar o tratamento muitas vezes dado à juventude como se fosse um problema social. Acredito muito que esta Mesa conduzirá com maestria os debates que teremos.

Ressalto, por fim, que não podemos entrar num debate de senso comum. Nós devemos respeitar aquilo que a população expressa neste momento através das pesquisas, mas fomos eleitos e vamos ter a oportunidade ímpar de ter informações e de lidar com especialistas de diversos movimentos da sociedade civil organizada, que vão nos dar balizamento muito mais forte do que, muitas vezes, a emoção dada, por exemplo, em situações de comoção, por parte da mídia que utiliza isso inclusive de maneira comercial.

Então, este é um debate que tem que passar pela mais absoluta racionalidade, com contraditório, para que possamos, dialeticamente, tomar a decisão mais correta a favor da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu é que agradeço as palavras e a contribuição que, tenho certeza, V.Exa. dará a esta Comissão.

Passo a palavra para a Deputada Magda Mofatto.

A SRA. DEPUTADA MAGDA MOFATTO - Sr. Presidente, parabênz a Mesa pela eleição. Tenho certeza de que teremos um trabalho altamente positivo.

Eu gostaria de fazer um comentário. Observei, quando tomei posse, que muitos Deputados foram eleitos exatamente porque levantaram a bandeira de segurança pública. Muitos! Vejo vários delegados, representantes, e me incluo.

Durante a campanha da qual todos participamos em 2014 que nos elegeu, eu também levantei a bandeira de segurança pública. E um dos itens que eu mais abordava era exatamente maioridade penal. Quantas e quantas vezes fui abordada na rua por pessoas das mais diversas categorias, dos mais diversos segmentos da sociedade, das mais diversas posições exatamente para tratar desse assunto e para ser cobrada não só durante a campanha, mas depois também, quando acontecer de a matéria vir à votação.



Isso vem ao encontro do anseio da sociedade em geral, não importa o resultado, como aqui foi dito várias vezes por vários colegas. Mas a discussão é altamente importante. A sociedade em geral já não aguenta mais a impunidade, não aguenta mais o excesso de tolerância. A maioria penal é um dos segmentos da segurança pública, e vejo como muito importante a iniciativa de já irmos tomando as decisões por que a sociedade clama e exige de todos nós, seus representantes. Estamos aqui para fazer aquilo que é o clamor de toda a sociedade.

Este é um primeiro passo. Com certeza, atrás dele virão outros para discutir a Lei do Desarmamento, o Código Penal. A sociedade pede que todos nós Deputados, legisladores, olhemos para segurança pública, um direito de todo cidadão de bem.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Eu é que agradeço, Deputada Magda Mofatto.

Passo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria saudar a Mesa eleita e dizer da minha alegria pela eleição da Deputada Margarida Salomão, até porque representa um contraponto, seguindo o mesmo diapasão proposto por mais de 50 entidades, que se posicionaram mostrando a importância de a Mesa Diretora desta Comissão não ser monolítica, mas ter posições divergentes, porque é assim que se constrói o pensamento humano. Ele evolui, a inteligência humana é expressão e fruto da discussão dos contrapontos.

Todas e todos sabem qual é a nossa posição acerca da maioria penal, que consideramos cláusula pétrea. Todos sabem disso. Continuamos achando que é cláusula pétrea, que não deveríamos estar nesta Comissão fazendo a discussão desta proposta de emenda à Constituição, porque não cabe no nosso arcabouço democrático. Entretanto, uma vez que a Casa assim decidiu, estamos aqui para contribuir com o debate, que achamos pode ser extremamente desnudador e rico, até porque as pessoas falam que a sociedade quer a redução da maioria penal. Mas a redução da maioria penal é a construção de um sintoma, de um sentimento da sociedade, penso eu, que quer o fim da violência. E foi construída a concepção de que os adolescentes são os grandes autores da violência, o que não corresponde aos fatos.



Eu não venho aqui fazer a discussão do que vi no jornal ou de casos, porque isso tem caráter absolutamente científico. Estamos aqui para discutir que menos de 0,5% dos homicídios que acontecem no País são provocados por adolescentes. Viemos também dialogar com a sociedade o que representa nosso sistema carcerário. Se ele fosse eficaz no combate à violência, não teríamos mais de 50 mil pessoas mortas todos os anos. Não é à toa que mais de 12 secretários de segurança já se posicionaram contra a redução da maioridade penal, porque lidam diariamente com o que representa o nosso sistema carcerário e sabem que o sistema socioeducativo possibilita uma reintegração harmoniosa à sociedade de mais de 80%, o que não podemos dizer do sistema carcerário.

Portanto, é muito importante que possamos travar essa discussão e dizer como se combate a violência. Até o momento não temos nenhuma experiência que não tenha passado pelo fortalecimento das políticas públicas — nenhuma experiência nesse sentido! Os países que enfrentaram de fato a violência e que foram felizes nesse enfrentamento trabalharam com o fortalecimento das políticas públicas. Aí entramos na lógica da doutrina de proteção integral, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que não é para adolescente infrator, é para toda criança e adolescente deste País, que eles devem ser livres ou estar preservados de toda forma de negligência e de violação de direitos e que devemos assegurar o conjunto de políticas públicas, políticas sociais.

Nós não podemos esquecer essa construção feita na sociedade e apenas nos determos na solução que parece fácil, que é o *fast-food* emanado desta Casa, para tentar saciar uma sede de segurança e de cultura de paz que não será saciada com a redução da maioridade penal. Estamos aqui para fazer esta discussão, dialogar com a sociedade e assegurar uma cultura de paz que nós não vamos conquistar com a redução da maioridade penal.

Para fechar, Sr. Presidente, quero apenas lembrar que a sociedade civil tem que ser respeitada. Nós não podemos dizer que a sociedade civil são pessoas que fazem parte de um rebanho dirigido por um partido político, como aqui foi dito. Ela tem que ser respeitada. Nós não podemos dizer que entidades do porte de OAB, CNBB, UNE, UBES e tantas outras que fizeram parte da construção democrática deste País estão a serviço de partidos ou de concepções partidárias.



O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, Sr. Presidente, respeitemos a sociedade civil e não criminalizemos a adolescência, como aqui já foi dito, nem façamos o recrudescimento dessa cadeia de vitimização. Queremos ter o tempo necessário para debater matéria, que seguramente não é hoje. Escutei aqui que os adolescentes são culpados pela própria morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - V.Exa. o terá.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, V.Exa. poderia me inscrever para discutir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Deputada, está inscrito o Deputado João Campos, e vou inscrever V.Exa. Logicamente com a compreensão de ambos, peço que sejam o mais breve possível, porque já foi iniciada a Ordem do Dia e, pelo Regimento da Casa, temos que encerrar a reunião.

Com a palavra o Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, inicialmente quero cumprimentar V.Exa., o Deputado Efraim Filho, a Deputada Margarida Salomão e o Deputado Bruno Covas pela eleição. Tenho certeza de que a Mesa, representada por V.Exas., dirigirá com muita sabedoria todos os trabalhos que aqui acontecerão.

Faço o primeiro registro de que de fato vencemos a primeira etapa na CCJ. Não é cláusula pétrea. A CCJ terminou decidindo sobre o assunto, mas ainda lá eu me preocupava muito, porque alguns Deputados queriam alargar tanto o conceito de cláusula pétrea que, se absorvêssemos a tese de alguns, o Parlamento deixaria de legislar. Só não seriam cláusula pétrea as Disposições Constitucionais Transitórias e a revisão constitucional realizada em 1993. A Constituição toda seria cláusula pétrea. Isso caminharía para o totalitarismo, porque o Parlamento, no espaço democrático que temos, só poderia legislar em sede infraconstitucional. Mas essa já é matéria vencida. Apenas coloco a situação.

Foi muito feliz o Deputado Eduardo Cunha, nosso Presidente, ao criar concomitantemente esta Comissão Especial e a CPI do Sistema Carcerário Brasileiro, porque, embora tenham certa conexão, os assuntos são distintos. Se nós avançássemos sem a CPI, daqui a pouco poderíamos caminhar para conclusões de



que se define responsabilidade penal não por critério biológico ou psicológico, mas sim pelas condições da cadeia: a cadeia é decente, adequada? Então o cidadão vai responder por estupro, homicídio, assalto, sequestro, pelo que fez; a cadeia não é adequada? Então, ele não responde. Isso é um absurdo! Não existe em lugar nenhum do mundo.

Repito que o sistema prisional tem que ter o mínimo de condições, de dignidade. Mas são coisas distintas, embora conexas. À medida que temos uma CPI para tratar do sistema penitenciário brasileiro, parece-me que nos dá mais conforto para debater aqui efetivamente a responsabilidade penal aquém dos 18 anos, suas consequências e esta visão que o Brasil certamente está tendo em função do quadro de violência que está vivendo, que passa também pela violência praticada por indivíduos na faixa etária de 16, 17 anos e, quem sabe, até aquém.

É verdade que não há pretensão alguma em revogar direitos que este Parlamento estabeleceu para os jovens, estejam na fase da adolescência ou não. Esses direitos continuarão sendo preservados. Agora, aqueles que não respeitam o conjunto da sociedade e praticam crimes graves têm que responder por eles. É questão de justiça, sem dúvida. O presídio é a escola do crime. A rua não é? A praça não é? Quem fica na rua não evolui também no crime, só quem vai para a cadeia? É preciso ter respostas para essas questões também.

Penso que teremos a oportunidade de fazer um debate muito rico. As políticas sociais de excelência são importantes para a diminuição da criminalidade? São, mas não são definidoras disso, porque nos últimos 20 anos todos os indicadores sociais do Brasil melhoraram e a violência continuou aumentando. Então, é preciso que o Brasil continue perseguindo políticas de excelência, mas com a clareza de que a ausência delas não é determinante para a prática de crime, nem excludente.

Repetindo, vamos ter a oportunidade de fazer o bom debate aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Agradeço ao Deputado João Campos.

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, última inscrita.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado André Moura, eu queria cumprimentar V.Exa. e fazer um apelo. Primeiro, acho que ao final poderemos ter



algumas ações de inconstitucionalidade, pela admissibilidade que... Digo nós — contra nossa posição — porque a maioria levou, e isso precisa ser considerado, a admissibilidade. Agora, neste segundo momento, na Comissão Especial, teremos um importante debate.

Eu queria pedir a V.Exa., acima de tudo, que envolvêssemos entidades no debate como CNBB, UNICEF, ONU, Fundação ABRINQ e várias outras que trabalham de forma direta a preocupação com os jovens do Brasil. Acho de extrema importância sua presença neste debate. Esta é a Casa do Povo, a Casa da representatividade popular, e ela só a será de fato se fizermos valer isso durante os debates nas Comissões, criadas exatamente para que o debate possa ser exaurido, para que venhamos à exaustão e tenhamos um resultado que possa representar aquilo que é ético, moral e que condiz com o que pensamos de melhor para o Brasil.

Uma coisa é fato: aqueles que defendem ou aqueles que não defendem a redução estão aqui com a perspectiva de trazer melhorias para o Brasil no combate à violência. Obviamente, entendemos que o mecanismo que está sendo utilizado na redução da maioridade penal é errado, não vai resolver o problema, ao contrário. Temos uma CPI sobre o sistema prisional que deixa isso muito claro e patente. Nós precisaríamos pelo menos dobrar ou triplicar o número de vagas, considerando, por exemplo, os mandados de prisão no Brasil, para que viéssemos pelo menos alcançar o mínimo razoável de humanidade no sistema prisional. Vamos aumentar a quantidade sem efetivamente trazer aquilo que é fundamental, a ressocialização e a reinclusão desse jovem de forma muito mais adequada, que, sabemos, é a aplicação correta da medida socioeducativa.

Sr. Presidente, pelo pouco tempo, quero agradecer a V.Exa. a palavra. Acredito que faremos um debate importante, salutar, que será melhor ainda se tivermos o envolvimento de entidades da sociedade civil organizada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado André Moura) - Obrigado pela contribuição, Deputada Eliziane Gama.

Mais uma vez quero agradecer a confiança em mim depositada pelas Sras. e Srs. Deputados, e aos Deputados Efraim Filho, Margarida Salomão, Bruno Covas, na certeza de que contribuirão muito na condução dos trabalhos desta Comissão.



Na próxima reunião, como disse anteriormente, indicaremos o nome da Relatora ou do Relator.

Não havendo mais quem queira fazer o uso da palavra, convoco reunião para o próximo dia 15, quarta-feira, às 14h30min, em plenário a ser oportunamente informado.

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente sessão.